

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

(Valores expressos em milhares de reais)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A BANESTES Seguros S.A., controlada pelo BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo, está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em seguros de danos e pessoas.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, bem como com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais tenham sido referenciados pela CVM e SUSEP.

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram elaboradas com base nas normas vigentes em 2009, conforme determina a Circular SUSEP nº 408/10.

**3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS****a. Ativos e passivos circulantes**

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e a provisão para perdas, quando aplicável.

Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

**b. Estimativas contábeis**

As demonstrações financeiras, com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, permitem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas, incluem as provisões técnicas, o valor de realização dos ativos, as provisões para contingências, entre outros.

A Administração da Seguradora revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente. Entretanto, alguns valores efetivos dessas operações poderão divergir dos valores estimados, em face da subjetividade inerente ao processo de sua apuração.

**c. Aplicações**

Os títulos e valores mobiliários são reconhecidos contabilmente de acordo com os critérios para registro e avaliação determinados pelo CNSP e pela SUSEP, de acordo com a Circular SUSEP nº 379/08.

Os rendimentos produzidos pelos títulos são apropriados ao resultado, independente da categoria em que são classificados.

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração em mantê-los até o seu vencimento ou negociá-los antes dessa data.

Os títulos classificados na categoria "Mantidos até o vencimento" são valorizados pelo valor investido, acrescido dos rendimentos incorridos até a data das demonstrações financeiras.

Os títulos sujeitos à negociação antes de seu vencimento têm o seu valor contábil ajustado ao valor de mercado. Os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa no resultado do exercício (títulos classificados como "Para negociação") ou em conta específica do patrimônio líquido (títulos classificados como "Disponíveis para venda"), líquidos dos efeitos tributários.

Os títulos integrantes da categoria "Mantidos até o vencimento" e "Disponíveis para venda" são apresentados no ativo circulante e realizável a longo prazo, de acordo com seu vencimento.

Para fins de apuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, foram utilizados:

- Títulos públicos federais: o valor de mercado dos títulos próprios é atualizado pelas cotações das taxas publicadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (ANDIMA), relativas ao último dia útil do mês das demonstrações financeiras.
- Títulos privados: preços do mercado secundário da Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, de acordo com a última negociação dos títulos no mês em questão.

- Fundos de investimentos: valor da cota, divulgado pelas Instituições Financeiras Administradoras dos Fundos, relativo ao último dia útil do mês das demonstrações financeiras.

Os demais ativos são demonstrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos e das variações monetárias auferidas, e deduzidos de provisão ao valor de mercado ou de realização, quando aplicáveis.

**d. Provisão para riscos de créditos**

Constituída em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos e prêmios vencidos, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento. Em caso de não pagamento de prêmios de seguros fracionados e em parcela única, a Seguradora adota como procedimento para cancelamento as regras estabelecidas pela Circular SUSEP nº 239, de 22 de dezembro de 2003.

**e. Operações de seguro de danos e pessoas**

Os prêmios de seguro, cosseguro aceito, prêmios cedidos e os respectivos custos de comercialização são registrados na emissão das apólices e reconhecidos no resultado segundo o transcorrer da vigência de risco, por meio da constituição das provisões de prêmios não ganhos e do diferimento das despesas de comercialização.

**f. Ativo permanente**

A participação societária no IRB está apresentada pelo valor de custo.

O ativo imobilizado e os imóveis destinados à renda estão demonstrados ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, sendo reavaliados em abril de 2004 e depreciados pelo método linear, às seguintes taxas anuais: 4% para edificações, 10% para móveis e utensílios, e 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados.

O ativo intangível é demonstrado ao custo incorrido, menos amortização acumulada. É amortizado pelo método linear em até 5 (cinco) anos.

**g. Provisões técnicas**

Foram constituídas em conformidade com as Resoluções CNSP nº 162/06, nº 181/07, nº 195/08 e nº 204/09, sendo:

- Provisão de Prêmios Não Ganhos - Riscos Vigentes Emitidos (PPNG/RVE) – constituída para a cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando indenizações de despesas relacionadas, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos vigentes na data-base de cálculo. O cálculo da PPNG apura a parcela de prêmios não ganhos relativa ao período de cobertura do risco, em cada ramo, por meio de cálculos individuais por apólice ou endosso representativos de todos os contratos de seguro em vigor no mês de sua constituição. É calculada com base em Nota Técnica Atuarial - NTA.
- Provisão de Prêmios Não Ganhos – Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG/RVNE) – tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos assumidos e que estão em processo de emissão. A PPNG/RVNE é calculada com base em Nota Técnica Atuarial - NTA.
- Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP) – fundamentada em método prospectivo e constituída quando constatada insuficiência do saldo da Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) para a cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando as indenizações e as despesas relacionadas, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos vigentes na data-base de cálculo. A PIP é calculada com base em Nota Técnica Atuarial - NTA.
- Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) – constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a data-base de cálculo, considerando indenizações e despesas relacionadas, de acordo com a responsabilidade retida pela Seguradora. Para determinação do valor provisionado dos sinistros em discussão judicial, os peritos reguladores e assessores jurídicos efetuam as avaliações com base na importância segurada e nas regulações técnicas, levando-se em conta a probabilidade de resultado desfavorável para a Seguradora. A PSL é calculada com base em Nota Técnica Atuarial - NTA.
- Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) – para os seguros de danos e pessoas é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base de cálculo, considerando indenizações e despesas relacionadas, de acordo com a responsabilidade retida pela Seguradora, sendo calculada com base em Nota Técnica Atuarial - NTA. A provisão dos sinistros ocorridos e não avisados do ramo do Seguro Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores - DPVAT é constituída com base nos valores informados pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A..
- Provisão Complementar de Prêmios (PCP) – constituída mensalmente para garantir a complementação da PPNG, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não, assumidos pela Seguradora. A PCP é calculada com base em Nota Técnica Atuarial - NTA.

- Outras provisões correspondem, substancialmente, à Provisão de Despesas Administrativas (PDA), que é constituída com o objetivo de cobrir o déficit administrativo, com base nos recursos oriundos dos resultados administrativos apurados mensalmente pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A..

#### h. Depósitos de terceiros

Compreendem os prêmios recebidos a baixar, no montante de R\$940 em 31 de dezembro de 2010.

#### i. Resultado das operações

- A apropriação do resultado relativo aos prêmios de seguros e comissões, deduzido dos cancelamentos, restituições e cessões em cosseguros e resseguros, é efetuada de acordo com o prazo de vigência das apólices.
- Os juros cobrados em razão do parcelamento de prêmios de seguros são diferidos, sendo apropriados no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.
- Resultado de retrocessões decorrentes de prêmios, comissões, indenizações, provisões técnicas e outras receitas e despesas é apropriado mensalmente com base nos valores informados pelo IRB - Brasil Resseguros S.A..

#### j. Imposto de Renda, Contribuição Social, COFINS e PIS

Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo:

Imposto de Renda .....	15,00%
Adicional de Imposto de Renda .....	10,00%
Contribuição Social .....	15,00%
PIS .....	0,65%
COFINS .....	4,00%
ISS – até .....	5,00%

### 4. COMPOSIÇÃO DOS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Apresentamos a seguir a composição da carteira por tipo de papel e vencimento:

Títulos disponíveis para venda:	Vencimento	Valor de Custo		Valor Mercado		Ajustes c/ Títulos e Valores Mobiliários	
		2010	2009	2010	2009	2010	2009
Letras Financeiras Tesouro- LFT .....	2010	–	13.316	–	13.340	–	24
Letras Financeiras Tesouro- LFT .....	2011	15.293	20.525	15.293	20.559	–	34
Letras Financeiras Tesouro- LFT .....	2012	3.373	4.751	3.373	4.752	–	1
Letras Financeiras Tesouro- LFT .....	2013	–	3.804	–	3.816	–	12
Letras Financeiras Tesouro- LFT .....	2015	5.398	–	5.398	–	–	–
Fundos de Investimentos (*) .....	Indeterminado	28.017	32.854	28.017	32.854	–	–
<b>Títulos para negociação:</b>							
Certificados de Depósitos Bancários – CDB's .....	2010	–	34.198	–	34.198	–	–
Certificados de Depósitos Bancários – CDB's .....	2011	41.206	–	41.206	–	–	–
Fundos de Investimentos – DPVAT .....	Indeterminado	22.984	–	22.984	–	–	–
Fundos Exclusivos .....							
Fundos de Investimentos – VGBL .....	Indeterminado	47	–	47	–	–	–
<b>Títulos mantidos até o Vencimento:</b>							
Depósito a Prazo com Garantia FGC .....	2012	7.041	6.241	7.041	6.241	–	–
<b>Total .....</b>		<b>123.359</b>	<b>115.689</b>	<b>123.359</b>	<b>115.760</b>	<b>–</b>	<b>71</b>

(\*) O montante de R\$368 encontra-se bloqueado por determinação judicial do BACENJUD, que somado ao valor de R\$22, relativo a aplicações do IRB, representa o subgrupo Outras Aplicações do Circulante, no valor de R\$390.

## 5. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Para a garantia das provisões técnicas, a Seguradora manteve os seguintes ativos:

	2010	2009
<b>Provisões técnicas</b> .....	<b>(69.659)</b>	<b>(65.849)</b>
Direitos creditórios .....	8.931	8.400
Depósitos judiciais .....	1.821	1.602
Recuperação de Sinistros – Provisão de Sinistros a Liquidar .....	–	109
<b>Provisões técnicas para garantia</b> .....	<b>(58.907)</b>	<b>(55.738)</b>
Títulos de renda fixa – Privados .....	48.247	40.439
Títulos de renda fixa – Públicos .....	24.064	42.467
Fundos de investimentos .....	51.048	32.854
Imóveis .....	1.689	1.277
<b>Total de ativos</b> .....	<b>125.048</b>	<b>117.037</b>
<b>Ativos livres</b> .....	<b>66.141</b>	<b>61.299</b>

## 6. DETALHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES A PAGAR

	2010	2009
<b>Obrigações a pagar</b> .....	<b>5.734</b>	<b>5.628</b>
Fornecedores diversos a pagar .....	2	1
Dividendos, bonificações e JSCP .....	305	1.005
Participações dos empregados no lucro .....	572	454
Honorários, remunerações e gratificações a pagar .....	50	–
Serviços de assistências prestadora de vidros .....	3.579	3.293
Cooperação Técnica .....	720	765
Outras obrigações a pagar .....	506	110

## 7. PROVISÕES TÉCNICAS E DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS

	2010	2009
<b>Provisão de Prêmios Não Ganhos – PPNG-RVE (1)</b> .....	<b>24.686</b>	<b>25.331</b>
Auto .....	23.958	24.582
Pessoas .....	728	749
<b>Provisão de Prêmios Não Ganhos – PPNG-RVNE (1)</b> .....	<b>837</b>	<b>855</b>
Auto .....	814	832
Pessoas .....	23	23
<b>Provisão de Insuficiência de Prêmios (1)</b> .....	<b>569</b>	<b>579</b>
Auto .....	373	384
Pessoas .....	196	195
<b>Sinistros a Liquidar (1)</b> .....	<b>37.439</b>	<b>33.378</b>
Administrativas .....	13.881	12.598
Auto .....	7.605	6.914
DPVAT .....	3.615	3.163
Pessoas .....	2.431	2.410
Outros .....	230	111
Judicial .....	23.558	20.780
Auto .....	2.628	1.717
DPVAT .....	17.779	15.628
Pessoas .....	2.913	2.856
Outros .....	238	579
<b>Provisão de Sinistros Ocorridos, Mas Não Avisados (1)</b> .....	<b>4.895</b>	<b>4.162</b>
Auto .....	1.203	647
DPVAT .....	1.367	957
Pessoas .....	2.306	2.545
Outros .....	19	13

<b>Provisão Complementar de Prêmios (1)</b> .....	<b>1.133</b>	<b>1.167</b>
Auto.....	105	107
Pessoas .....	1.028	1.060
<b>Provisão de Despesas Administrativas (1)</b> .....	<b>53</b>	<b>377</b>
DPVAT .....	53	377
<b>Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (2)</b> .....	<b>47</b>	<b>–</b>
VGBL.....	47	–
<b>Despesas de Comercialização Diferidas</b> .....	<b>4.689</b>	<b>4.666</b>
Auto.....	4.363	4.329
Pessoas .....	326	337

(1) Conforme nota explicativa nº 3.g - Provisões Técnicas.

(2) A Seguradora iniciou as operações em VGBL em dezembro/2010, efetuando registro da respectiva provisão, sendo que as demais de cunho atuarial, serão lançadas no exercício de 2011.

## 8. CONTINGÊNCIAS ATIVAS E PASSIVAS

São constituídas mediante avaliação das probabilidades de perda efetuada pela assessoria jurídica da Seguradora.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização.

As contingências passivas são provisionadas quando a probabilidade de perda é avaliada como provável e seja mensurável, conforme critérios estabelecidos na NPC 22 do IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil). Quando a probabilidade de perda é avaliada como possível ou remota, a decisão e definição do valor a ser provisionado segue a avaliação da assessoria jurídica com a Administração da Seguradora.

Os valores referentes aos principais processos judiciais são compostos como vemos abaixo:

### a. Composição do saldo contábil:

	<b>Depósitos judiciais(*)</b>		<b>Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis</b>	
	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Ações fiscais – INSS (I) .....	4.492	4.224	1.699	1.697
Ações fiscais – COFINS (II) .....	2.588	2.488	1.387	1.388
Ações fiscais – CSLL (III) .....	2.675	1.824	2.675	1.833
Ações fiscais – PMV .....	–	–	71	67
Ações trabalhistas .....	7	2	38	77
<b>Subtotal</b> .....	<b>9.762</b>	<b>8.538</b>	<b>5.870</b>	<b>5.062</b>
Ações cíveis (IV) .....	55	46	578	435
Ações cíveis – Sinistro (V) .....	1.821	1.602	23.558	20.780
<b>Total</b> .....	<b>11.638</b>	<b>10.186</b>	<b>30.006</b>	<b>26.277</b>

(\*) Está registrado na rubrica contábil de depósitos judiciais, o montante de R\$1.783, que refere-se a depósitos judiciais ainda sem identificação, que em sua maioria são associados a processos judiciais envolvendo a Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A., que após a identificação procede o devido ressarcimento.

### b. Movimentação do saldo contábil:

	<b>Contingências fiscais e trabalhistas</b>	
	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Saldo inicial .....	5.062	5.470
Constituição .....	665	1.474
Atualização .....	200	403
Reversão.....	(56)	(2.285)
Saldo final .....	5.871	5.062

### c. Natureza das contingências:

A Seguradora mantém provisão para contingências sob as seguintes rubricas: Contingências Fiscais, Trabalhistas e Cíveis – de acordo com a estimativa de perda; Contingências Cíveis (Sinistro) – limitadas à importância segurada e corrigida de acordo com as condições contratuais.

**d. Detalhamento dos processos por natureza de risco de perda:**

<b>Fiscais (Contas a Pagar)(*)</b>		
<b>Quantidade</b>	<b>Valor Estimado</b>	<b>Valor Contabilizado</b>
03	3.064	3.064
<b>03</b>	<b>3.064</b>	<b>3.064</b>

(\*) Valores referentes às reversões de provisões fiscais, conforme itens I e II da nota explicativa nº 8.e.

<b>Fiscais</b>		
<b>Quantidade</b>	<b>Valor Estimado</b>	<b>Valor Contabilizado</b>
Possíveis.....	02	1.975
Remotas.....	02	793
	<b>04</b>	<b>2.768</b>

<b>Trabalhistas</b>		
<b>Quantidade</b>	<b>Valor Estimado</b>	<b>Valor Contabilizado</b>
Prováveis.....	01	10
Possíveis.....	02	57
Remotas.....	09	113
	<b>12</b>	<b>180</b>

<b>Cíveis (*)</b>		
<b>Quantidade</b>	<b>Valor Estimado</b>	<b>Valor Contabilizado</b>
Prováveis.....	67	1.815
Possíveis.....	182	6.990
Remotas.....	02	10
	<b>251</b>	<b>8.815</b>

(\*) Estão apresentados no montante de Contingências Cíveis os processos judiciais relacionados a sinistros e os processos judiciais não relacionados a sinistros.

<b>Cíveis (Seguradora Líder)</b>		
<b>Quantidade</b>	<b>Valor Estimado</b>	<b>Valor Contabilizado</b>
2.605	17.779	17.779
<b>2.605</b>	<b>17.779</b>	<b>17.779</b>

A avaliação das chances das ações ajuizadas pela Seguradora é realizada exclusivamente pelos advogados responsáveis pelas causas, os quais utilizam o exame da jurisprudência (judicial ou administrativa) para fins de classificação. No caso das ações do consórcio DPVAT, são contabilizadas a partir das informações mensais disponibilizadas pela Seguradora Líder.

**e. Detalhamento do evento contingente e depósitos judiciais relacionados:**

• *Contingências Fiscais*

- (I) INSS - a Seguradora possuía, em 2009, registrada a provisão de R\$2.783, referente às NFLDs (Notificação Fiscal de Lançamento de Débito): 35.776.170-7 (desconsideração pessoa jurídica e lançamento contribuição como segurado-empregado de profissionais contratados via empresa terceirizada para prestação de serviços de informática); 35.776.224-0 (incidência de contribuição sobre verba paga a título de incentivo financeiro para custeio de curso de pós-graduação e mestrado) e 35.776.171-5 (alegação de descumprimento de obrigação acessória com relação a GFIP) – e correspondente depósito judicial de R\$4.096. Em relação à NFLD 35.776.170-7, no exercício de 2009, após as devidas atualizações, foi revertida a provisão de R\$1.160, em decorrência do direito concedido pelo inciso I do §3º do artigo 1º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, de pagamento de débitos com redução de multas e encargos legais, mantendo no Contas a Pagar o valor de R\$1.677. Mantivemos em Contingências Passivas, referente à NFLD 35.776.171-5, o valor de R\$22. A Seguradora aguarda a homologação da Procuradoria da Receita Federal do Brasil para levantamento dos depósitos judiciais, atualizado monetariamente até a data dessas demonstrações financeiras, em R\$4.457.



(II) COFINS - a Seguradora possuía, em 2009, registrada a provisão de R\$1.342, e correspondente depósito judicial de R\$2.419. Ainda no exercício de 2009, após as devidas atualizações, foi revertida a provisão de R\$1.077, em decorrência do direito concedido pelo inciso I do §3º do artigo 1º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, de pagamento de débitos com redução de multas e encargos legais, mantendo no Contas a Pagar o valor de R\$1.387. A Seguradora aguarda a homologação da Procuradoria da Receita Federal do Brasil para levantamento do depósito judicial atualizado monetariamente até a data dessas demonstrações financeiras, em R\$2.588.

(III) CSLL – a Seguradora ajuizou ação contra a Secretaria da Receita Federal do Brasil e mantém registrado o valor de R\$1.903 (R\$1.104 em 2009) em depósitos judiciais, em razão da majoração da alíquota de 9% para 15%, definida pela Medida Provisória nº 413/08, convertida na Lei nº 11.727, de 23 de junho de 2008, que passou a vigorar a partir de 1º de maio de 2008, mantendo provisão de igual valor no exigível a longo prazo. A Seguradora possui ainda, registrados no realizável a longo prazo, depósitos judiciais no montante de R\$772 (R\$720 em 2009), mantendo provisão de igual valor no exigível a longo prazo, em razão da não homologação de compensação efetuada com débitos da contribuição social no período compreendido entre janeiro e setembro de 2002. A Seguradora ativou créditos oriundos da contabilização do Plano Verão, em 1996, resultando em crédito de Imposto de Renda e Contribuição Social. A compensação desses créditos estendeu-se até 2001 para o Imposto de Renda e até setembro de 2002 para a CSLL. Em análise da compensação efetuada neste último período de 2002, entendeu a RFB, que a Seguradora teria 5 (cinco) anos para efetuar a compensação dos créditos, porém esta teria ultrapassado o prazo prescricional. Entretanto, é uníssono na jurisprudência pátria que o prazo para restituição e compensação é de 5 (cinco) anos a partir do pagamento indevido, acrescido de mais 5 (cinco) anos após a homologação tácita. Dessa forma, o prazo para compensação seria de 10 (dez) anos. A execução fiscal foi ajuizada pelo Fisco, com a apresentação de embargos pela Seguradora e realização do depósito visando suspender a execução e a análise dos embargos apresentados.

- *Contingências Cíveis*

(IV) Referem-se à estimativa de perdas com ações cíveis não relacionadas a sinistros.

(V) Referem-se à estimativa global de perdas com ações relacionadas a sinistros decorrentes do curso normal das operações, divididas entre ações próprias e da Seguradora Líder do Consórcio DPVAT nos montantes de R\$5.779 e R\$17.779, respectivamente. Para as ações próprias, foram registrados depósitos judiciais no montante de R\$1.821 (R\$1.602 em 2009).

**f. Crédito FINSOCIAL:**

Estão registrados também créditos no valor de R\$1.129, gerados em decorrência da majoração das alíquotas do FINSOCIAL (alíquotas superiores a 0,5%) promovida pelas Leis 7.787/89 (art. 7º); 7.849/89 (art. 1º) e 8.147/90 (art. 1º). Este tema já está pacificado pelo Supremo Tribunal Federal, quando declarou a inconstitucionalidade da cobrança para empresas comerciais, mistas e Instituições Financeiras, e declarou constitucional a exigência do FINSOCIAL para empresas exclusivamente prestadoras de serviço. Com o encerramento de todos os prazos para interposição de recursos pelas partes, no processo judicial movido pela Banestes Seguros S.A., se tornou certo o crédito, sendo este ativado em dezembro de 2010, aguardando procedimento para apresentação e homologação do pedido de compensação junto à Receita Federal.

**9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a. Capital social:**

O capital social realizado está representado por 14.791.405.093 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo o BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo detentor de 99,84%.

**b. Composição das reservas:**

	2010	2009
Reservas de reavaliação .....	59	62
Reservas de lucros .....	20.559	13.085

**10. DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DOS DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO**

**a. Dividendos:**

O Estatuto Social confere direitos a dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado do exercício social, nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76. Conforme faculta a Lei nº 9.249/95, a Seguradora optou pela distribuição de juros sobre o capital próprio, que foi imputado aos dividendos mínimos obrigatórios e estão demonstrados a seguir:

	2010	2009
<b>Lucro líquido do exercício</b> .....	<b>10.537</b>	<b>13.262</b>
Reserva legal .....	(527)	(663)
Reservas de reavaliação transferidas para lucros acumulados .....	3	173
Base de cálculo de dividendos .....	10.013	12.772
Dividendo mínimo – 25% .....	2.503	3.193
Juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos .....	3.066	3.405
Imposto de Renda retido na fonte de juros sobre o capital próprio .....	(460)	(511)
Dividendos .....	–	299
<b>Total de juros sobre o capital próprio e dividendos</b> .....	<b>2.606</b>	<b>3.193</b>

**b. Juros sobre o capital próprio:**

Contabilizados no exercício de 2010 no montante de R\$3.066 (R\$3.405 em 2009), com retenção de 15% no valor de R\$460 (R\$511 em 2009), exceto para os acionistas - pessoas jurídicas imunes ou isentos -, que líquidos do Imposto de Renda na fonte perfazem o montante de R\$2.606 (R\$2.894 em 2009). Foram calculados com base na remuneração da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), conforme artigo 9º, da Lei nº 9.249/95.

Demonstrativo de juros sobre o capital próprio e dividendos referentes ao exercício de 2010:

Descrição	Data crédito/ Destinação	Valor bruto por ação	Valor Bruto	Data pagamento
Juros sobre o Capital Próprio .....	29/01/2010	0,00002299	340	31/03/2010
	26/02/2010	0,00001393	206	01/04/2010
	31/03/2010	0,00003245	480	03/05/2010
	30/04/2010	0,00002299	340	01/06/2010
	31/05/2010	0,00002299	340	01/07/2010
	30/06/2010	0,00002299	340	02/08/2010
	31/08/2010	0,00002299	340	01/10/2010
	30/09/2010	0,00002299	340	01/11/2010
	30/11/2010	0,00002299	340	–
<b>Total</b> .....			<b>3.066</b>	

**11. PLANOS DE APOSENTADORIA – SEGURIDADE SOCIAL**

A Banestes Seguros S.A., com as demais empresas do Sistema Financeiro Banestes, oferece um plano de previdência com contribuição definida para seus profissionais. A administração do plano é feita pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES, pessoa jurídica sem fins lucrativos.

No exercício de 2010 as contribuições da Seguradora, com o valor individual equivalente a 100% da contribuição básica efetuada pelo participante ativo (limitado a 7% do salário de participação), corresponderam a R\$201 (R\$189 em 2009).

A divulgação conforme exigido pelas Normas de Pronunciamentos Contábeis - NPC 26, de 27 de novembro de 2000 (referenciada pela CVM, conforme Deliberação nº 371 de 13 de dezembro de 2000), será divulgada nas demonstrações financeiras do acionista controlador BANESTES S.A..

**12. PRÊMIOS, SINISTROS E COMISSÕES DOS PRINCIPAIS RAMOS DE ATUAÇÃO**

Grupos de Ramos	Prêmios Ganhos – PG		Sinistros Retidos / PG (%)		Comercialização / PG (%)	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
05-Automóvel	51.220	47.528	64,78	63,86	19,63	19,72
05-DPVAT	28.152	25.610	86,99	86,69	1,43	1,43
09-Pessoas (1)	30.740	28.891	41,04	40,89	17,63	17,11
01-Patrimonial (2)	–	3	–	211,44	–	27,23
Demais ramos	–	–	–	–	–	–
<b>Total</b>	<b>110.112</b>	<b>102.032</b>	<b>63,72</b>	<b>63,01</b>	<b>14,42</b>	<b>14,39</b>

(1) Inclui Vida em Grupo, Acidentes Pessoais e Prestamista.

(2) Inclui Incêndio, Compreensivo Residencial, Condomínio e Empresarial, Riscos de Engenharia e Riscos Diversos.



**13. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO**

	2010	2009
<b>SINISTROS RETIDOS</b>	<b>(70.168)</b>	<b>(64.293)</b>
Diretos	(49.851)	(46.114)
Cosseguros aceitos e retrocessões	(7)	100
Consórcios e fundos	(22.080)	(19.221)
Salvados e ressarcimentos	4.517	4.153
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(2.747)	(3.211)
<b>DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO</b>	<b>(15.878)</b>	<b>(14.687)</b>
Comissões	(13.695)	(12.486)
Comissões de agenciamento	(2.207)	(2.407)
Recuperação de comissões	—	2
Variação das despesas de comercialização diferidas	24	204
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(3.505)</b>	<b>(2.813)</b>
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>6.855</b>	<b>5.229</b>
Recuperação de custos com emissão de apólices	6.035	4.443
Receitas com operações de seguros	820	786
<b>Outras despesas operacionais</b>	<b>(10.360)</b>	<b>(8.042)</b>
Despesas com cobrança	(458)	(432)
Despesas com inspeção de riscos	(762)	(765)
Despesas com cooperação técnica	(4.154)	(3.950)
Despesas com DPVAT	(1.728)	(674)
Despesas com operações de seguros	(3.258)	(2.221)
<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>(14.184)</b>	<b>(11.886)</b>
Despesas com pessoal próprio	(7.575)	(6.575)
Despesas com serviços de terceiros	(2.069)	(1.516)
Despesas com localização e funcionamento	(1.997)	(1.507)
Despesas com publicidade e propaganda institucional	(591)	(459)
Despesas administrativas do convênio DPVAT	(1.838)	(2.597)
Despesas administrativas diversas (1)	(114)	768
<b>DESPESAS COM TRIBUTOS</b>	<b>(3.824)</b>	<b>(2.978)</b>
Despesas com COFINS	(2.850)	(1.566)
Despesas com PIS	(463)	(429)
Despesas com taxa de fiscalização da SUSEP	(480)	(243)
Outras despesas com tributos	(31)	(740)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>12.612</b>	<b>10.752</b>
<b>Receitas financeiras</b>	<b>15.185</b>	<b>13.097</b>
Receitas com títulos de renda fixa – privados	4.538	4.034
Receitas com títulos de renda fixa – públicos	4.300	3.765
Receitas com fundos de investimentos	3.256	2.643
Receitas com operações de seguros	1.123	1.315
Receitas com créditos tributários e depósitos judiciais (1)	1.456	680
Outras receitas financeiras	512	660
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(2.573)</b>	<b>(2.345)</b>
Despesas com operações de seguros	(2.210)	(1.818)
Despesas financeiras com tributos	(64)	(340)
Despesas com fundos de investimentos	(33)	—
Outras despesas financeiras	(266)	(187)
<b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>	<b>206</b>	<b>287</b>
Receita com imóveis de renda	237	339
Despesas patrimoniais	(31)	(52)
<b>GANHOS E PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES</b>	<b>11</b>	<b>3.519</b>
Resultado na alienação de bens do ativo permanente	11	3.519

(1) Resultados impactados pela constituição de crédito FINSOCIAL, conforme Nota 8.f, em R\$318 no grupo administrativo e R\$811 no financeiro, totalizando R\$1.129.

#### 14. CONCILIAÇÃO DAS DESPESAS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2010		2009	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação e participações.....	15.382	15.382	19.933	19.933
Participações estatutárias no lucro (PLR).....	(589)	(589)	(427)	(427)
(-) Juros sobre o capital próprio distribuídos .....	(3.066)	(3.066)	(3.405)	(3.405)
Base de cálculo .....	11.727	11.727	16.101	16.101
Adições/(exclusões) de caráter permanente.....	(634)	(665)	171	160
Adições/(exclusões) de caráter temporário .....	138	138	(4.144)	(4.144)
Lucro tributável antes das compensações .....	11.231	11.200	12.128	12.117
Alíquota normal (15% IR e 15% CSLL) .....	1.685	1.680	1.819	1.818
Adicional de Imposto de Renda (10%).....	1.099	—	1.189	—
Valores devidos .....	2.784	1.680	3.008	1.818
Programa de alimentação ao trabalhador (PAT) ....	(67)	—	(73)	—
Doações (FIA)/ Incentivos Fiscais – Patrocínios...	(77)	—	(60)	—
Imposto de Renda e CSLL a pagar .....	2.640	1.680	2.875	1.818
Provisão dif. da realização reserva reavaliação ....	(3)	(3)	(74)	(46)
Receita de Recuperação IRPJ .....	—	—	(43)	—
Despesas c/ CSLL – Períodos anteriores .....	—	—	—	57
Crédito tributário sobre provisões temporárias.....	(36)	(22)	1.036	621
Valores registrados em despesas .....	2.601	1.655	3.794	2.450

#### 15. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O saldo de créditos tributários (Imposto de Renda e Contribuição Social) está representado por:

	31/12/2009	Realização/ Reversão	Constituição	31/12/2010
Provisões temporárias:				
Fiscais .....	326	(326)	346	346
Cíveis .....	174	(174)	231	231
Trabalhistas.....	31	(31)	16	16
Riscos de crédito.....	29	(29)	23	23
<b>Total.....</b>	<b>560</b>	<b>(560)</b>	<b>616</b>	<b>616</b>

#### 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E MARGEM DE SOLVÊNCIA

Prêmio Retido					Sinistro Retido				
Ano	Meses	2010 Valor	Meses	2009 Valor	Ano	Meses	2010 Valor	Meses	2009 Valor
—	—	—	—	—	2007	—	—	12	55.576
2008	—	—	—	—	2008	12	62.629	12	62.629
2009	—	—	12	102.872	2009	12	64.293	12	64.293
2010	12	109.299	—	—	2010	12	70.168	—	—
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>109.299</b>	<b>12</b>	<b>102.872</b>	<b>Total</b>	<b>36</b>	<b>197.090</b>	<b>36</b>	<b>182.498</b>
<b>Doze</b>					<b>Média dos</b>				
<b>Meses</b>		<b>109.299</b>		<b>102.872</b>	<b>Últimos 36</b>				
Base p/					<b>Meses</b>		<b>65.697</b>		<b>60.833</b>
Margem 20%		21.860		20.574	Base p/				
					Margem 33%		21.680		20.075
<b>Patrimônio líquido</b>					<b>2010</b>		<b>75.986</b>		<b>2009</b>
(-) Despesas antecipadas							(2)		(5)
(-) Créditos tributários							(1.745)		(610)
<b>Patrimônio líquido ajustado</b>							<b>74.239</b>		<b>67.971</b>
(A) 20% do prêmio retido (média dos últimos 12 meses)							21.860		20.574
(B) 33% do sinistro retido (média dos últimos 36 meses)							21.680		20.075
<b>Patrimônio líquido ajustado</b>							<b>74.239</b>		<b>67.971</b>
(-) Margem de solvência (valor de A ou B = o maior)							(21.860)		(20.574)
Suficiência							<b>52.379</b>		<b>47.397</b>

## 17. CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO

	2010	2009
<b>Patrimônio Líquido Ajustado</b> .....	<b>74.239</b>	<b>67.971</b>
<b>Margem de Solvência</b> .....	<b>21.860</b>	<b>20.574</b>
Suficiência .....	52.379	47.397
<b>Índice de Margem</b> .....	<b>3,3961</b>	<b>3,3037</b>
Capital Base .....	15.000	15.000
Capital Adicional de Risco de Subscrição .....	17.632	18.120
<b>Capital Mínimo Requerido</b> .....	<b>32.632</b>	<b>33.120</b>
Suficiência .....	41.607	34.851
<b>Índice Capital Mínimo Requerido</b> .....	<b>1,2751</b>	<b>1,0523</b>

O Patrimônio Líquido Ajustado resulta do Patrimônio Líquido, após adições e exclusões previstas na Resolução CNSP nº 85, de 19 de agosto de 2002.

O Capital Mínimo Requerido, regulamentado pela Resolução CNSP nº 178, de 17 de dezembro de 2007, alterada pela Resolução CNSP nº 200, de 16 de dezembro de 2008, é o montante equivalente à soma do Capital Base com o Capital Adicional que a Seguradora mantém, a qualquer tempo, para poder operar.

O Capital Base é a parcela do capital fixada em função da região de operação, sendo o montante determinado pela Resolução CNSP nº 178, de 17 de dezembro de 2007.

O Capital Adicional, conforme disposto em regulação específica, é o montante variável de capital que a Seguradora mantém para poder se proteger dos riscos inerentes à sua operação, sendo classificados, pela Resolução CNSP nº 178, de 17 de dezembro de 2007, em cinco grupos de riscos: Risco Legal, Risco Operacional, Risco de Mercado, Risco de Crédito e Risco de Subscrição.

O Capital Adicional de Riscos de Subscrição, regulamentado pela Resolução CNSP nº 158, de 26 de dezembro de 2006, alterada pela Circular SUSEP nº 355, de 14 de dezembro de 2007, está relacionado à possibilidade de perdas decorrentes da inadequação da precificação, da especificação deficiente das condições de aceitação de determinados riscos, seu exame, aprovação e seus reflexos na estimativa das provisões técnicas.

## 18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas, basicamente com o controlador, BANESTES S.A., são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, estavam assim demonstradas:

	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Receita (Despesa)
	2010	2009	2010	2009
Aplicações financeiras e depósitos .....	25.568	25.888	—	—
Contas a pagar – gestão financeira .....	(720)	(765)	—	—
Receitas financeiras e de aluguel .....	—	—	2.620	2.482
Despesas com cooperação técnica .....	—	—	(4.153)	(3.950)
Despesa de aluguel .....	—	—	(17)	(22)
Juros sobre o capital próprio e dividendos .....	(289)	(925)	(3.061)	(3.400)
Tarifas c/ operações de cobrança/arrecadação .....	—	—	(384)	(330)
Cessão de pessoal pelo controlador .....	—	—	(438)	(398)
Despesas com processamento de dados .....	—	—	(1.027)	(884)

**19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

Em 31 de dezembro de 2010, a Seguradora não possui operações de instrumentos financeiros derivativos registrados em seu balanço.

Os valores contábeis e de mercado, em 31 de dezembro de 2010, dos principais instrumentos financeiros ativos de renda fixa estão apresentados na nota explicativa nº 4. Os valores são prefixados e atualizados até a data do balanço.

**20. FATOS RELEVANTES****a. Suspensão das Negociações de Aquisição do Controle Acionário do BANESTES S.A.:**

Em 22 de junho de 2009, o Banco do Brasil S.A. e o Governo do Estado do Espírito Santo decidiram, em comum acordo, suspender as tratativas que visavam à aquisição do controle acionário do BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo pelo Banco do Brasil, conforme fato relevante divulgado ao mercado em 5 de fevereiro de 2009.

Vitória-ES, 31 de dezembro de 2010.

**José Carlos Lyrio Rocha**  
Diretor-Presidente

**Rômulo de Souza Costa**  
Diretor de Adm. e Finanças

**Fernando Rodrigues Azevedo**  
Diretor de Operações

**Flávio Wagner Gaudio de Souza**  
Contador – CRC-ES 12130/O-8

**Severino Garcia Ramos**  
Atuário – Miba nº 357